

O POSITIVISMO E O PAPEL DAS MULHERES NA ORDEM REPUBLICANA

POSITIVISM AND WOMEN ROLE IN THE REPUBLICAN ORDER

*Regina Célia Lima Caleiro**

RESUMO: Este artigo trata da influência do Positivismo nos discursos da elite intelectual e política ocupados em avaliar e adequar o comportamento feminino à ordem desejada pela jovem República Brasileira. Procura enfatizar a relevância da filosofia proposta por Augusto Comte para a análise das relações de gênero estabelecidas nos diversos setores da sociedade desde o início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo, República, mulheres, normatização

ABSTRACT: This paper is about the influence of Positivism on the intellectual and political elite class discourses, concerned in evaluating and adapting the female behavior to the order posed by the young Brazilian Republic. It aims to emphasize the relevance of the philosophy proposed by Augusto Comte to the analysis of gender relationships, established in the different sectors of society since the beginning of the 20th century.

KEY WORDS: Positivism, republic, women, legislation

A análise dos discursos que consolidaram a formação da nascente sociedade republicana desvelam as estruturas básicas de um sistema moralizante que, recorrendo ao imaginário social e apoiando-se no conhecimento científico, consolidaram as transformações sociais e políticas que os intelectuais brasileiros e as classes dominantes almejavam. Esta sociedade “civilizada à moda européia” carecia de inovações em seus padrões de comportamento e encontrou no Positivismo de Augusto Comte o discurso ideal para a aceitação das representações simbólicas da nova ordem e fez dos positivistas os principais manipuladores de símbolos da República. (CARVALHO, 1990)

Os atributos essenciais ao bom comportamento feminino, alinhavados naturalmente ao discurso da “ordem”, foram inspirados no Positivismo de Augusto Comte, que elaborou as representações do modelo feminino ideal após sua convivência com Clotilde de Vaux, quando se percebe também que alguns aspectos religiosos da filosofia positivista foram

* Mestre em História pela UNESP. Doutoranda em História pela UFMG. Professora do Departamento de História da UNIMONTES.

direcionados para uma Religião da Humanidade, laica, em que os elementos cívicos eram permeados por representações religiosas.

Geneviève Fraisse demonstrou como a relação de Comte com Clotilde forneceu à sua filosofia uma nova amplitude indispensável para a elaboração do estatuto da mulher e o seu papel no progresso social. A autora sugere a ligação entre o público e o privado e questiona, a partir desses fatos, a possibilidade da importância das relações de gênero nas interrogações filosóficas. (FRAISSE e PERROT, 1991)

O caráter conservador desta doutrina considerava a mulher responsável pela manutenção moral da família e pela educação da sua prole. Educadora por natureza, poderia exercer a profissão de professora, ensinando as crianças como se fossem seus filhos, profissão, aliás, que redimia as solteiras, pois resgatava o papel de mãe-educadora.

Além de procriar, criar, cuidar do marido e da manutenção da ordem da casa, a mulher deveria “servir de musa para inspirar o marido e os filhos para serem homens honrados e a praticar o culto privado, mantendo presentes as idéias positivistas”. (ISMÉRIO, 1994: 34). Esta corrente de pensamento pleiteava a complementaridade biológica, mental e social entre homens e mulheres, mas apesar de companheiras, as mulheres não eram iguais aos homens. À superioridade do caráter masculino corresponderia a superioridade afetiva feminina, consubstanciada no instinto maternal, combinação de altruísmo e bondade. O Positivismo, apesar de posicionar-se contra os dogmas da Igreja Católica, no que tange às mulheres, reproduzia o mesmo discurso “com a finalidade de controlar e limitar a atuação da mulher na sociedade como também sua sexualidade”. (ISMÉRIO, op. cit., 114)

No positivismo, a “virgem católica”, alegoria da Igreja, transformou-se na “virgem mãe”, alegoria da Humanidade. Os positivistas possuíam consciência da tradição católica no Brasil e da mariolatria, conseqüentemente as mulheres católicas constituíam um público privilegiado para sua doutrina e para o projeto social que almejavam.

Esta convergência de opiniões não causa surpresa frente à consideração de que, naquele momento histórico, o grande projeto constituído em torno da preservação da ordem, e os valores defendidos pela oligarquia, seja pelos liberais ou pelos conservadores eram os mesmos: patriarcalismo, moralidade extrema, religiosidade, hierarquização, antifeminismo. Portanto, o ponto de convergência entre ambos, ou seja, a manutenção da

ordem, possibilitou no que diz respeito ao controle do sistema educacional, especialmente o feminino, a expansão e a consolidação de colégios de orientação ultramontana.

Durante o período colonial e mesmo no Primeiro Reinado, a educação feminina não foi alvo de uma preocupação maior, apenas em meados do século XIX esta questão começou a preocupar a oligarquia paulista que percebeu não mais ser possível manter suas filhas no mesmo grau de isolamento e ignorância em que viviam até então. Dirigir a própria casa e governar os escravos não seria mais suficiente, tornava-se mais necessário educar formalmente as jovens. No caso das classes sociais menos abastadas, a perspectiva não foi diferente, estas também se inseriam no horizonte social e cultural do momento e entregaram, de bom grado, a educação de suas filhas aos cuidados dos colégios ultramontanos, alinhados com a política do clero conservador.

Mas, tornar cultas as mulheres equivaleria, neste contexto histórico, a educar as jovens e as meninas de acordo com

os conceitos elaborados pela Igreja ultramontana, de tal sorte que elas viessem, posteriormente, a ser educadoras dos filhos de toda a sociedade, conforme os preceitos e a doutrina do catolicismo conservador. (MANOEL, 1996: 49)

Os positivistas republicanos também disseminaram a idéia do altruísmo feminino que se dividia em três modalidades. A primeira seria o amor para com os seus iguais, o amor para com os que lhe fossem superiores e a veneração e o amor para com todos que dependessem de sua bondade. Quanto ao instinto sexual feminino, consideravam-no quase inexistente.

Ao colocar a mulher num pedestal, para ser santificada, criava-se um artifício

para mantê-la alheia aos seus próprios interesses, para convencê-la da total prioridade de sua missão como mãe e esposa, castrando-a como um ser autônomo voltado para seu crescimento individual. (SOIHET, 1989:113)

A virada do século assistiu ao triunfo do Positivismo tanto no âmbito jurídico como no campo social, marcado pela influência da medicina na vida pública e privada dos indivíduos. A medicalização do crime caminhava par a par com a higiene social empenhada, de acordo com a nova ordem, em fazer regredir os fatores sociais responsabilizados pela propagação da delinquência e das doenças físicas e morais.

Numa decorrência direta do processo de normatização social, a preocupação com a ordem no novo regime político – a República no Brasil – incidiu diretamente sobre as mulheres, tanto em relação às criminosas como ao mundo feminino em geral. Adriano Luiz Duarte, em sua pesquisa relativa ao período compreendido entre 1937 e 1945, questionou: “que tipo de mulher e qual o modelo de família embalava as utopias do Estado Novo?”. (DUARTE, 1995:172) O projeto de higienização da mulher e a construção da mulher-mãe objetivava reconduzir a mulher ao lar, por intermédio do casamento indissolúvel, comedido, recatado, em que a sexualidade tinha como objetivo a procriação.

Esta preocupação teve sua gênese no início do século XIX, com a criação do Estado Nacional e o desenvolvimento urbano. A intervenção médico-estatal sobre a sociedade incidiu primordialmente no comportamento familiar e delegou lugares específicos a homens e mulheres. No casamento concebido como ideal, a escolha do cônjuge estava atrelada à saúde da prole que não dependia unicamente dos cuidados ministrados após o seu nascimento, mas da condição física dos pais antes e após o contrato conjugal.

A partir dele, processou-se a corrosão do matrimônio colonial. As práticas sociais que davam corpo ao casamento de ‘razão’ foram sendo golpeadas uma por uma. (COSTA, 1989: 29)

O casal ajustado à defesa da propriedade, as uniões consangüíneas, a diferença de idade entre homens velhos e mulheres jovens foram combatidos pela medicina. As vantagens econômicas, as heranças familiares, a partir de então, seriam bem vistas desde que aliadas com a boa constituição física e moral do casal.

Destarte, os valores religiosos e patriarcais foram suprimidos ou reprimidos e, em troca, foram concedidos aos indivíduos direitos à sexualidade e afetividade. Esta nova forma de aburguesamento da sociedade oitocentista, e também da sociedade republicana que se seguiu, foi possível graças ao novo enfoque dado ao amor que permitiu à higiene

realizar sua manobra mais ambiciosa e, talvez, mais bem sucedida junto à família: converter quase completamente a figura sentimental do homem ao personagem do pai, e a da mulher ao personagem da mãe. (COSTA, 1989: 239)

A preocupação dos republicanos com a ordem perpassou todos os níveis do tecido social, incluindo-se as novas relações trabalhistas entre patrões e empregados que substituíram a dicotomia senhor-escravo. Entre 1890 e 1930, início da industrialização no Brasil, constitui-se paulatinamente uma vasta empresa de moralização, cujo objetivo primordial

seria a constituição da nova figura do trabalhador urbano. (RAGO, 1985: 63) Dedicado à produção fabril, o operário deveria ser dócil, submisso, mas economicamente produtivo. Para tanto, setores da burguesia industrial, médicos higienistas e autoridades públicas passaram a ocupar-se com a integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses.

A interiorização desses valores requeria um novo modelo feminino, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, que deveria estar sempre atenta ao bem estar de cada um dos membros da família. Responsável pelos mínimos detalhes que pudessem comprometer o bom andamento da vida cotidiana, a esposa-mãe deveria ser abnegada e vigilante, afetiva mas assexuada, frágil enquanto mulher, mas soberana dentro do lar. Para aquelas que não podiam depender economicamente de pais, maridos ou companheiros,

as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam como alternativas possíveis e necessárias. (RAGO, 1985:63)

Segundo a autora, a invasão do cenário urbano pelas mulheres não resultou num abrandamento das exigências morais lançadas sobre seus ombros. O tabu da virgindade, a responsabilidade pela conduta dos filhos e do marido, sobretudo do marido-operário extenuado pelas horas de trabalho despendidas na fábrica, continuaram a ser cobrados como deveres femininos. O movimento operário, por sua vez, reproduzia a exigência burguesa com relação às mulheres e “obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção” (RAGO, 1985: 64), circunscrevendo sua atuação ao espaço doméstico. Embora a classe operaria do início do século fosse constituída, em grande parte, por mulheres, sua ascensão profissional foi interdita em função da construção de um modelo de mulher simbolizado pela esposa-mãe devotada, que se realizaria como mulher por intermédio dos êxitos obtidos pelo marido e pelos filhos.

O trabalho industrial feminino foi responsabilizado pela desintegração familiar, a baixa escolaridade entre crianças e os jovens, pela delinquência e o desemprego masculino. As falhas na organização do sistema, nesse sentido, foram descaracterizadas como tal e revertidas em direção da participação das mulheres no mercado de trabalho. (MOURA, 1978).

De acordo com Margareth Rago, aos discursos normativos masculinos dos industriais, do movimento operário e dos poderes públicos, juntaram-se as falas “científicas”, que

recorriam, primordialmente, à condenação da amamentação mercenária. O discurso médico-sanitarista visava convencer as mulheres de sua “vocação natural” para a procriação e, conseqüentemente, para sua responsabilidade social na formação de novos cidadãos. A necessidade do trabalho fora de casa constituía-se em um obstáculo para a amamentação e as mães, apenas em condições extremas, deveriam ausentar-se de seus lares.

Frente a resistências de várias mulheres em seguirem seus “instintos naturais”, concluiu-se que a amamentação mercenária deveria ser fiscalizada pelos especialistas competentes e vigiada atentamente. Embora o cerne de todas as questões que giravam em torno do aleitamento materno fosse a elevada taxa de mortalidade infantil do período e a preocupação econômica com a força de trabalho do país, a discussão se impunha vinculada mais aos argumentos de cunho moral. O leite da nutriz foi apresentado como agente transmissor de doenças, além de perigoso fisicamente, o contato com a ama de leite foi moralmente condenado. Criatura portadora de hábitos duvidosos, a nutriz seria um elemento estranho que poderia comprometer a intimidade da família nuclear.

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, o estilo de vida imposto pela capital do Império, e posteriormente da República, exigia das famílias mais abastadas padrões de vida doméstica que implicavam a contratação de vários criados. Os servidores domésticos representavam o elo de ligação entre a rua, espaço insalubre, e o lar, modelo de vida saudável. Entre os criados, as amas de leite representavam o maior risco, pois eram responsáveis diretas pelo bem-estar dos filhos dos patrões. Entendia-se que as doenças transmitidas pelos moradores dos cortiços penetravam o cerne mais íntimo das famílias e, desse ponto de vista, “a ama-de-leite tornou-se, para os patrões, a mais terrível e alarmante transmissora de doenças”. (GRAHAM, 1992: 136).

Tentava-se, desse modo, dissuadir “cientificamente” as mulheres, tanto as das classes abastadas como as das classes menos privilegiadas de sua tarefa natural como mães e de condenar práticas femininas “populares”. Até meados do século XVIII, as mulheres exerceram uma medicina própria, ignorada pelos médicos, cujos saberes foram compartilhados e colocados em prática, sobretudo em relação ao parto e nos casos de doenças infantis. Para conquistar seu espaço no mundo feminino, a “medicina oficial” precisava acabar como o “império das comadres” e estabelecer novas práticas. Alcançar

este intento implicava, num primeiro momento, conseguir uma aliada entre as mulheres, a mãe, que foi convencida de sua importância e da abrangência de seu novo papel social.

Aliança proveitosa para as duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica. (DONZELOT, 1980:25)

A adequação perfeita entre a natureza feminina e a função materna como definição essencial das mulheres foi questionada por Elizabeth Badinter. O mito do amor materno instintivo, fruto de uma tendência inata, de acordo com a autora, seria conseqüência mais de um comportamento social adequado às diferentes épocas e costumes do que decorrência natural de determinismos biológicos. Nem todas as mães teriam um impulso irresistível para cuidar de sua prole e negaram o postulado universal do amor irrestrito e absoluto. Destarte, alerta a autora, ao abordar a questão da mulher-mãe, “em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só se possa realizar na maternidade?” (BADINTER, 1985:355)

Mas, após a consolidação da figura feminina ideal, o que fazer com seu oposto? Como tratar as meretrizes que circulavam pelas ruas das cidades e que atentavam contra as regras tão caras ao imaginário social republicano?

Os discursos dos médicos sanitaristas brasileiros, preocupados com a higienização do espaço público e privado, foram influenciados, sobretudo, pelas concepções da medicina social francesa desenvolvida no século XIX, em que se destacou a obra do Dr. Parent-Duchâtelet, autor de um minucioso estudo sobre a prostituição, suas causas e efeitos e a regulamentação para sua prática, considerada ao mesmo tempo como um mal necessário mas perigoso. (ENGEL, 1999:55)

O perfil das prostitutas, preguiçoso e voltado para a busca incessante do prazer, delineado por Parent-Duchâtelet, foi assimilado pelos sanitaristas brasileiros e teve ampla aceitação social, tanto que o modelo da mulher mundana fortaleceu seu oposto.

(...) o ideal da mulher honesta, mãe dedicada e submissa se diferenciava do contratipo repelente da meretriz. Afinal, a dona de casa agarrou-se ao modelo da mulher casta tanto mais firmemente quanto ele se distinguia do modelo da ‘mulher da vida’, símbolo da perdição e da monstruosidade. (RAGO, op. cit.,89)

A “entrada” da prostituta na “vida fácil” acontecia sobretudo após a perda de sua virgindade, considerada como o maior símbolo da honra feminina. Na fala dos advogados defensores dos réus nos crimes de estupro e defloramento, evidencia-se a forma como a perda da virgindade das mulheres pobres foi tratada como hábito de prostituição. Ávidas por dinheiro, estas mulheres não teriam nenhum escrúpulo em negociar o próprio corpo. No interior paulista, no início de 1938, o advogado de um homem acusado de estupro usava como reforço para a sua defesa uma alegoria muçulmana.

Para destruição completa da prova do crime de estupro, começaremos por relembrar o apólogo típico da filosofia mussulmana. – Um dia uma mulher chega diante do cadi (juiz) trazendo um homem atrás de si.

- Juiz, grita ela, fazei-me justiça, este homem me violou!

O juiz após um momento de reflexão diz ao acusado:

- Dá tua bolsa a esta mulher.

Este, temente dum mais severo castigo, se apressa em obedecer.

- Agora, diz o juiz, toma-lhe a bolsa.

E como, apesar dos esforços, o culpado não conseguia tirar-lhe a bolsa, respondeu e sentenciou o juiz.

- Mulher, se tu tivesses defendido tua honra como defendes tua bolsa não terias necessidade de vir diante de mim.”¹

As palavras do advogado demonstram uma dupla crítica. As mulheres pobres necessitavam de “ganhar o pão de cada dia”, e desse modo tornavam-se candidatas em potencial à prostituição. Por outro lado, o moralismo recorrente acenava com a possibilidade de um “bom casamento” para as jovens que conservassem intacta sua honra. Aquelas que, apesar da sua condição humilde, permanecessem “dignas” conseguiriam um marido que se responsabilizaria pelo seu sustento, pois a necessidade de “trabalhar fora” deveria ser encarada apenas como ocupação transitória exercida por moças solteiras.

Finalmente, importa ressaltar o papel da literatura naturalista no debate das idéias científicas em vigor na sociedade brasileira no princípio do século XX. Os romances de Aluísio Azevedo evidenciam a relevância do discurso médico na constituição das idéias do autor, devido ao estatuto de legitimidade que estes discursos adquiriam durante o período. O repúdio de Aluísio Azevedo às práticas patriarcais que remontavam ao período colonial não impediu que características misóginas impregnassem suas obras. Apesar do

aparente esforço em demonstrar a importância da emancipação feminina, considerando o papel significativo das mulheres na sociedade, este, segundo o autor, só se concretizaria quando as mulheres assumissem compromissos normatizadores. A antítese da mulher ideal foi representada pela figura da histérica, da prostituta e das mulheres pobres. (CARVALHO, 1996)

De modo abrangente, foram estes os discursos que tentaram normatizar o comportamento feminino no período destacado para esta pesquisa, 1890-1940. Juntos, delinearam o perfil da mulher ideal: despojada, altruísta, tendendo para a santidade e devidamente moldada para as necessidades da ordem no regime republicano.

As representações femininas modelares contribuíram na perpetuação dos ideais misóginos que permaneceram no imaginário social e contribuíram de forma decisiva para a exclusão feminina do cenário político. Evidentemente, os comportamentos periféricos de muitas mulheres sinalizaram o caminho das mudanças posteriores, mas é impossível negar a força das representações femininas e do imaginário social nos discursos que visavam a formação da identidade e da cultura nacionais durante o período político denominado Primeira República e seus reflexos que ainda subjazem na atualidade.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, Susete Sousa. *Aluísio Azevedo: representações e imagens femininas*. Dissertação de Mestrado. UNESP, Franca, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro 1840-1940. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michele. *História das Mulheres*. O século XIX. Vol. 4, Porto Alegre: Afrontamento, 1991.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ISMÉRIO, Clarisse. *A Mulher, a moral e o imaginário*. Santa Catarina: EDIPUCRS, 1994.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina – 1859-1919*. Uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.